Prova de Contabilidade Geral Comentada – Analista de Controle Externo – TCE/CE (2015)

Pessoal, a seguir comentamos as questões da prova de Contabilidade Geral referentes ao cargo de Analista de Controle Externo – Auditoria Governamental do TCE-CE.

De maneira geral, foi uma prova bem elaborada, com um nível de exigência esperado, seguindo o padrão em muitas questões, o que facilitou em parte a vida daqueles que se prepararam focados.

Muitas questões exigiam detalhes, principalmente dos Pronunciamentos do CPC, que em uma primeira análise poderia passar "batido" (e havia alternativa que contemplava os menos desavisados!). Nesse sentido, cada vez mais, faz-se necessário uma preparação focada na banca, pois certos detalhes são sistematicamente exigidos em praticamente todas as provas. É claro que sempre há espaço para a exigência de novos detalhes, o que é normal, tendo em vista que as questões não podem ser simplesmente replicadas.

Cabe destacar que em nosso curso abordamos conhecimento suficiente para resolvermos todas as questões da prova. Ademais, muitas questões abordadas em nosso curso, foram contempladas na prova, conforme havíamos alertado.

Vislumbramos duas possibilidades de recursos (questões 52 e 59).

51. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) O valor total contabilizado como provisões por uma empresa, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, foi R$ 1.000.000,00. Este valor correspondia aos seguintes processos:

Processo	Montante Estimado (R$)
Processo Trabalhista	320.000,00
Processo Ambiental	200.000,00
Processo Fiscal	480.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2014 os valores destes processos foram revisados, assim como a probabilidade de perda pela empresa foi reavaliada pelo departamento jurídico que apresentou as informações constantes na tabela a seguir. Foram incluídas também as informações sobre dois novos processos a que a empresa passou a responder. As informações consolidadas sobre todos os processos são:

Processo	Montante Estimado (R$)	Probabilidade Perda
Processo Trabalhista	400.000,00	Provável
Processo Ambiental	280.000,00	Possível
Processo Fiscal	460.000,00	Provável
Processo Cível 1 (novo)	450.000,00	Remota
Processo Fiscal 2 (novo)	320.000,00	Provável

Com base nas informações constantes das tabelas anteriores e nos critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor evidenciado na demonstração do Resultado de 2014 correspondente aos processos foi
(A) receita no valor de R$ 720.000,00.
(B) despesa no valor de R$ 1.180.000,00.
(C) despesa no valor de R$ 180.000,00.
(D) receita no valor de R$ 200.000,00.
(E) despesa no valor de R$ 380.000,00.

Vimos algumas questões bem semelhantes em nosso curso.

Vamos analisar cada um dos processos, verificando o reflexo na contabilidade.

Processo Trabalhista – Probabilidade de perda provável

Já há uma provisão reconhecida de 320.000,00. Como o valor reestimado da perda é de 400.000,00 e essa perda é provável, devemos completar a provisão no valor de 80.000,00.

Impacto no resultado (DRE) → **- 80.000,00**

Processo Ambiental - Probabilidade de perda possível

Temos uma provisão reconhecida de 200.000,00. Como a probabilidade de perda em 31/12/14 é possível, mas não provável, devemos reverter a provisão já reconhecida de 200.000,00.

Impacto no resultado (DRE) → **+ 200.000,00**

Processo Fiscal - Probabilidade de perda provável

Já há uma provisão reconhecida de 480.000,00. Como o valor reestimado da perda é de 460.000,00 e essa perda é provável, devemos reverter a diferença no valor de 20.000,00 (480.000,00 – 460.000,00).

Impacto no resultado (DRE) → **- 20.000,00**

Processo Cível 1 - Probabilidade de perda remota

Não há provisão reconhecida (o processo é novo). Como a probabilidade de perda é remota, não há necessidade de contabilização nem divulgação.

Impacto no resultado (DRE) → não há

Processo Cível 2 - Probabilidade de perda provável

Não há provisão reconhecida (o processo é novo). Porém, como a probabilidade de perda é provável, devemos provisionar o valor de 320.000,00.

Impacto no resultado (DRE) → **- 320.000,00**

Assim, temos:

Impacto Total no resultado (DRE)
- 80.000,00 + 200.000,00 + 20.000,00 – 320.000,00 = **- 180.000,00**

Logo, o valor evidenciado na demonstração do Resultado de 2014 correspondente aos processos foi uma **despesa no valor de R$ 180.000,00**.

Gabarito: C

52. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) A Indústria Cearense de Máquinas S.A. vendeu, em 02/01/2012, 80% das suas ações para a empresa Só Participações S.A., a qual passou a deter o controle sobre ela. O Patrimônio Líquido contábil da Indústria Cearense de Máquinas S.A. era R$ 100.000.000,00, na data da aquisição, e a Só Participações S.A. pagou R$ 72.000.000,00 pela participação adquirida. O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Indústria Cearense de Máquinas S.A., na data da negociação das ações, era R$ 120.000.000,00 e a diferença para o seu Patrimônio Líquido contábil se referia ao valor justo de um terreno que estava registrado pelo valor de custo. No ano de 2012, a Indústria Cearense de Máquinas S.A. apurou um lucro líquido de R$ 16.000.000,00. O valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Só Participações S.A., foi, em reais,
(A) 96.000.000,00.
(B) 88.000.000,00.
(C) 92.800.000,00.
(D) 108.800.000,00.
(E) 84.800.000,00.

A questão apresenta problemas. Observe o que a questão está pedindo:

"O valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Só Participações S.A., foi, em reais,".

Veja que a questão fala apenas o "valor apresentado"... Qual valor? **Infere-se** que seja **o valor reconhecido em Investimentos em Coligadas, no Balanço Patrimonial individual da empresa Só Participações S.A.**

Segundo o CPC 18 – Investimento em Controlada e em Coligada, o Método da Equivalência Patrimonial é o método de contabilização por meio do qual o investimento é **inicialmente reconhecido pelo custo** e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida.

Assim, o valor reconhecido **em Investimentos em Coligadas**, no

Balanço Patrimonial individual da empresa Só Participações S.A., em 31/12/2014, é obtido aplicando-se o percentual de participação (80%) sobre o lucro líquido (R$ 16.000.000,00), somado ao valor contábil anterior (R$ 72.000.000,00). Assim, temos:

R$ 16.000.000,00 x 80% = **R$ 12.800.000,00**

Esse valor irá aumentar o investimento, por meio do seguinte lançamento:

D – Investimento
C – Receita de Equivalência Patrimonial ... 12.800.000,00

Portanto, o valor do investimento apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 será o valor pago na data da aquisição (R$ 72.000.000,00) + os R$ 12.800.000,00 referentes à participação no lucro líquido.

Investimento = 72.000.000,00 + 12.800.000,00 = **84.800.000,00**

Gabarito Preliminar: D
Gabarito Correto: E

Para chegarmos ao gabarito preliminar proposto pela banca, teríamos que efetuar o seguinte cálculo:

R$ 120.000.000,00 x 80% = 96.000.000,00 + 12.800.000,00 = 108.800.000,00.

Veja que a banca utilizou o valor justo dos ativos e passivos identificáveis (120.000.000,00) em detrimento do valor de custo (72.000.000,00) o que vai contra o CPC 18.

Destaca-se que a própria banca considerou corretamente esse entendimento em questões semelhantes em certames passados (TCE-RS – 2014, SEFAZ-RJ - 2014 e CNMP – 2015 são exemplos que vimos nas nossas aulas).

Cabe recurso! Veja que existem duas falhas na questão!

53. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) A empresa Tudo Novo S.A. apresentava, em 31/12/2013, os seguintes saldos para as contas que compõem seu Patrimônio Líquido, antes da incorporação do lucro líquido do ano de 2013 e da sua distribuição:

Conta	R$
Capital Social	2.850.000,00
Reservas de Capital	300.000,00
Reserva Legal	510.000,00
Reservas para Expansão	300.000,00
Reservas de Lucros a Realizar	120.000,00
Total	**4.080.000,00**

O resultado obtido pela empresa em 2013, antes da dedução dos impostos, foi R$ 1.500.000,00 e o lucro líquido foi R$ 1.140.000,00. A empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o menor dos limites permitidos pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. O valor acrescido à conta Reserva Legal no final de 2013 foi, em reais,

(A) 45.000,00.
(B) 75.000,00.
(C) 57.000,00.
(D) 60.000,00.
(E) 0,00.

Estudamos o assunto em nosso curso (aula 3, pág. 25).

Segundo a Lei nº 6.404/76,

> *Art. 193. Do lucro líquido do exercício, **5%** (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que **não excederá de 20%** (vinte por cento) do capital social.*
>
> *§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de **30%** (trinta por cento) do capital social.*
>
> *§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.*

Do exposto vamos calcular os limites:

Limite 1 → constituição da reserva legal limitada a 20% do capital social

Limite (20% do capital social) = 2.850.000,00 X 20% = 570.000,00

Assim, por esse limite, como já há uma reserva legal constituída no valor de R$ 510.000,00, podemos constituir ainda R$ 60.000,00.

Limite 2 → Saldo da reserva legal + saldo da reserva de capital limitada a 30% do capital social (limite facultativo)

Limite (30% do capital social) = 2.850.000,00 X 30% = 855.000,00

Assim, por esse limite, como o saldo da reserva legal + reservas de capital é igual a R$ 810.000,00 (510.000,00 + 300.000,00), podemos constituir ainda **R$ 45.000,00**.

A questão informa que a empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o menor dos limites permitidos pela Lei nº 6.404/1976

Logo, conforme vimos acima, o menor limite é o facultativo (30% do CS).

Com isso já teríamos condições de acertar a questão, pois não nas opções valor menor que R$ 45.000,00. Porém, vamos prosseguir...

Aplicando os 5% sobre o lucro líquido, temos:

Constituição da Reserva Legal (5%) = 1.140.000,00 x 5% = 57.000,00

Observe que, como o valor ultrapassou o limite, vamos constituir somente 45.000,00.

Gabarito: A

54. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) Uma empresa está captando recursos no mercado de capitais e emitiu 50.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R$ 4,00

com o objetivo de obter um total de recursos no valor de R$ 200.000.000,00. As características das debêntures emitidas foram as seguintes:

– Data da emissão: 02/01/2014
– Prazo total: 20 anos
– Taxa de juros: 10% ao ano (prefixada)
– Pagamentos: parcelas anuais de R$ 23.491.924,95
– Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R$ 552.890,20

Como há uma tendência de redução das taxas de juros nos próximos anos, houve uma grande procura pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R$ 215.000.000,00, fazendo com que o custo efetivo final da emissão fosse 9,0% ao ano.

Considerando que a primeira parcela anual foi paga em 31/12/2014, o saldo apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2014 e o valor total dos encargos financeiros apropriados no resultado de 2014, relativos às debêntures emitidas, foram, respectivamente, em reais,
(A) 213.008.075,05 e 19.902.890,20.
(B) 220.000.000,00 e 20.552.890,20.
(C) 210.808.314,93 e 19.300.239,88.
(D) 210.858.075,05 e 19.902.890,20.
(E) 210.255.424,73 e 19.300.239,88.

Vimos em nosso curso duas questões muito semelhantes a essa (questões 18 e 19 da aula 3). Na oportunidade, comentamos todos os detalhes necessários ao perfeito entendimento. Aqui vamos direto ao ponto! Vou apenas trocar os valores, pois o raciocínio é o mesmo que vimos nessas questões.

Observe que a questão pede o "saldo apresentado no Balanço Patrimonial".

O saldo apresentado corresponde ao **valor líquido captado somado aos encargos financeiros e reduzido do valor da primeira parcela paga**.

Primeiramente devemos ver **quanto efetivamente entra no caixa** da empresa. Para tanto, pegamos o valor da venda dos títulos e subtraímos os custos de transação. Assim, temos:

215.000.000,00 - 552.890,20 = 214.447.109,80

Observe que entrou efetivamente no caixa da empresa o valor de 214.447.109,80, correspondente ao valor inicial do passivo. Sobre esse valor incidirá a taxa de custo efetivo de 9% referente aos encargos financeiros. Não nos interessa a taxa contratada, mas sim a efetiva. Assim, temos:

214.447.109,80 x 9% = **19.300.239,88**

Por fim, temos que calcular o saldo das debêntures em 31/12/2014. Para tanto, devemos somar o valor líquido captado (214.447.109,80), os encargos financeiros (19.300.239,88) e diminuir o valor da primeira parcela paga (23.491.924,95). Assim, temos:

214.447.109,80 + 19.300.239,88 - 23.491.924,95 = **210.255.424,73**

Pronto! Chegamos ao gabarito.

Gabarito: E

55. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) Um lote de determinada mercadoria foi adquirido por R$ 2.000.000,00 à vista. A empresa compradora retirou a mercadoria no depósito do fornecedor e gastou R$ 40.000,00 para fazer o transporte desta mercadoria até o seu depósito. A compra ocorreu em 15/05/2014 e até 15/11/2014 a empresa vendeu 80% deste lote pelo valor de R$ 1.900.000,00. Sabendo-se que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda das mercadorias e que a empresa não tinha estoque anterior, a Demonstração do Resultado de 2014, em relação exclusivamente à compra e à venda das mercadorias descritas, evidenciará Resultado Bruto com Vendas no valor de
(A) R$ 260.000,00.
(B) R$ 268.000,00.
(C) R$ 300.000,00.
(D) R$ 300.000,00 e Despesa com frete no valor de R$ 40.000,00.
(E) R$ 268.000,00 e Despesa com frete no valor de R$ 40.000,00.

Estudamos o assunto na aula 5. Vimos diversas questões semelhantes a essa em nosso curso.

O primeiro passo é calcularmos o custo de aquisição:

2.000.000,00 + 40.000,00 = 2.040.000,00

A questão informa que desse valor adquirido foi vendido 80%. Logo, o CMV será:

CMV = 2.040.000,00 x 80% = 1.632.000,00

Assim, confrontando o valor da receita obtida com a venda e o CMV, encontramos o resultado bruto solicitado pela questão. Efetuando os cálculos, temos:

Receita de Vendas	1.900.000,00
(-) CMV	(1.632.000,00)
(=) Resultado Bruto com Vendas	**268.000,00**

Gabarito: B

56. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) Uma empresa adquiriu uma máquina pelo valor de R$ 11.000.000,00. A compra ocorreu em 31/12/2011, a empresa definiu a vida útil econômica em dez anos e estimou que a máquina será vendida ao final de sua vida útil por R$ 2.000.000,00 (valor líquido das despesas estimadas de venda).

Em 02/01/2014, a empresa redefiniu sua política de substituição de equipamentos e estabeleceu que utilizaria a máquina por apenas mais cinco anos. No final deste período adicional de cinco anos o valor líquido de venda da máquina foi estimado em R$ 3.500.000,00.

A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação e sabe-se que não houve necessidade de ajuste por redução ao valor recuperável ("*impairment*").

O valor da despesa de depreciação apresentado na Demonstração do Resultado de 2014 e o valor contábil do ativo evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 foram respectivamente, em reais,
(A) 900.000,00 e 8.300.000,00.
(B) 1.100.000,00 e 7.700.000,00.

(C) 1.140.000,00 e 8.060.000,00.
(D) 1.140.000,00 e 6.060.000,00.
(E) 740.000,00 e 6.460.000,00.

Vimos questões bem semelhantes em nosso curso. Inclusive na aula extra vimos uma questão praticamente idêntica (questão 31) aplicada no CNMP (2015).

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Depreciável = 11.000.000,00 – 2.000.000,00 = 9.000.000,00
Taxa de Depreciação = 100%/10 anos = 10% a.a.
Quota anual de depreciação = 900.000,00 (10% de 90.000,00)

Assim, em 2012 temos uma depreciação de 900.000,00. Igualmente em 2013 temos uma depreciação de 900.000,00.

Em 02/01/2014 houve reavaliação da vida útil para 5 anos. Assim, temos:

Valor Depreciável em 02/01/2014:
11.000.000,00 (Valor Contábil)
(-) 900.000,00 (Depreciação 2012)
(-) 900.000,00 (Depreciação 2013)
(-) 3.500.000,00 (novo valor residual)
(=) 5.700.000,00

Nova taxa de depreciação = 100%/5 anos → 20% a.a.
Quota anual de depreciação = 1.140.000 (20% de 5.700.000,00)

Assim, em 2014 temos uma depreciação anual de **1.140.000,00**. Esse é o valor que irá ser evidenciado na DRE de 2014 como despesa de depreciação.

Portanto, em 31/12/2014, o valor contábil apresentado pela empresa no Balanço Patrimonial foi:

11.000.000 – 900.000 (depreciação 2012) – 900.000 (depreciação 2013) – 1.140.000 (depreciação 2014) = **8.060.000,00**

Gabarito: C

57. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014 e a Demonstração do Resultado do ano 2014 da empresa Armas da Paz S.A. são apresentados nos dois quadros a seguir (Valores em reais):

Armas da Paz S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014

ATIVO	31/12/2013	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2013	31/12/2014
Ativo circulante	**728.000**	**1.144.000**	**Passivo circulante**	**624.000**	**1.043.120**
Caixa e Equivalentes de Caixa	240.000	488.000	Fornecedores	264.000	261.600
Valores a Receber de Clientes	224.000	292.000	Empréstimos	350.000	776.000
(–) Perdas Estimadas com Clientes	-	(28.000)	Dividendos a pagar	10.000	5.520
Estoques	264.000	392.000			
Ativo não circulante	**576.000**	**672.000**	**Passivo não circulante**	**-**	**80.000**
Investimentos			Provisões	-	80.000
Participações em empresas	56.000	144.000			
Imobilizado			**Patrimônio Líquido**	**680.000**	**692.880**
Equipamentos	336.000	528.000	Capital Social	600.000	600.000
Imóveis	184.000	-	Reservas de Lucros	80.000	92.880
TOTAL DO ATIVO	**1.304.000**	**1.816.000**	**TOTAL DO PASSIVO + PL**	**1.304.000**	**1.816.000**

Armas da Paz S.A. ***Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2014 a 31/12/2014***		
Receitas Líquidas de Vendas		1.632.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		(1.040.000)
(=) Resultado com Mercadorias		***592.000***
(–) Despesas Operacionais		
- Perdas Estimadas com Clientes	(28.000)	
- Vendas	(180.000)	
- Administrativas	(201.600)	
- Depreciação	(48.000)	
- Provisão para Riscos Trabalhistas	(80.000)	
- Diversas	(16.000)	(553.600)
(+) Outras Receitas e Despesas		
Resultado de Equivalência Patrimonial		20.000
(–) Despesas Financeiras		(80.000)
Lucro na Venda de Imóveis		40.000
(=) Resultado Líquido		**18.400**

Sabe-se que, no ano de 2014,
– a empresa não vendeu participações em outras empresas e equipamentos;
– os imóveis foram vendidos à vista em 02/01/2014;
– a empresa pagou metade das despesas financeiras, mas não houve pagamento de principal dos empréstimos;
– a empresa classifica os pagamentos de despesas financeiras nas atividades operacionais.

Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento em 2014 foram respectivamente, em reais,
(A) 44.000 (negativo), 84.000 (negativo) e 376.000 (positivo).
(B) 4.000 (positivo), 124.000 (positivo) e 376.000 (negativo).
(C) 24.000 (negativo), 104.000 (negativo) e 376.000 (positivo).
(D) 4.000 (negativo) e 84.000 (negativo) e 336.000 (positivo).
(E) 44.000 (negativo), 84.000 (negativo) e 386.000 (positivo).

Mais uma exigência da clássica questão de DFC que vem sendo sistematicamente exigida pela FCC. Todas as provas de contabilidade geral de 2014 e 2015 da FCC exigiram questão similar a essa. E, obviamente, em nosso curso comentamos essas questões. Particularmente a questão nº 24 da aula 8 (TCM-GO – 2015) era muito semelhante! Se você observar bem, a banca duplicou os valores dessa última questão! Além disso, alterou as informações complementares relativas às despesas financeiras e algumas contas.

Vamos elaborar a DFC.

DFC – Método Indireto	
Fluxo das Operações	
(+) Lucro Líquido	18.400
(+) Despesa de Depreciação	48.000
(+) Provisão para Riscos Trabalhistas	80.000
(+) Despesa Financeira	40.000
(-) Resultado Equivalência Patrimonial	(20.000)
(=) Resultado Líquido Ajustado	**166.400**
(+/-) Variações nos Ativos Operacionais	
(-) Aumento em Clientes	(68.000)
(+) Redução em Perdas Estimadas Clientes	28.000
(+) Aumento em Estoques	(128.000)
(+/-) Variações nos Passivos Operacionais	
(-) Redução em Fornecedores	(2.400)
(+/-) Outros	
(-) Pagamento de despesas financeiras	(40.000)
(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(44.000) (I)**
Fluxo dos Investimentos	
(-) Aumento de Participações em empresas*	(68.000)

(-) Aumento de equipamentos**	(240.000)
(+) Redução em Imóveis***	224.000
(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(84.000) (II)**

Fluxo dos Financiamentos

(+) Aumento em Empréstimos****	386.000
(-) Diminuição de Dividendos a Pagar	(10.000)
(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**376.000 (III)**

Variação Líquida do Disponível (I + II + III)

I - Fluxo de Caixa Líquido das Atv. Operacionais	(44.000)
II - Fluxo de Caixa Líquido das Atv. de Investimento	(84.000)
III - Fluxo de Caixa Líquido das Atv. de Financiamento	376.000
Variação Líquida do Disponível	**248.000**
(+) Saldo Inicial do Disponível	240.000
(=) Saldo Final do Disponível (IV + V)	**488.000**

Observe que o saldo final do disponível encontrado "bateu" com o saldo final do disponível (caixa e equivalentes de caixa) em 31/12/2014 no Balanço Patrimonial.

* Participações em Empresas
56.000,00 – 144.000,00 + 20.000,00 = (68.000,00)
[Saldo Inicial – Saldo Final + Resultado MEP]

** Equipamentos
336.000,00 – 528.000,00 – 48.000,00 = (240.000,00)
[Saldo Inicial – Saldo Final - Depreciação]

*** Imóveis
184.000,00 – 0,00 + 40.000,00 = 224.000,00
[Saldo Inicial – Saldo Final + Lucro na Venda]

**** Empréstimos
(776.000,00 – 350.000,00 – 40.000,00 de juros = 386.000,00)

***** Dividendos
Observe que havia saldo inicial de 10.000,00. Porém, o saldo final é de 5.520,00. Logo, houve pagamento dos 10 mil e reconhecimento de dividendos do exercício de 5.520,00.

Gabarito: A

58. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) A empresa Produtos Conscientes S.A. trabalha na comercialização de produtos naturais e apresentou a seguinte demonstração do seu resultado referente ao ano de 2014, com os valores expressos em reais:

Receita Líquida de Vendas	580.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(340.000,00)
(=) Lucro Bruto	240.000,00
(–) Despesas operacionais	
Depreciação	(30.000,00)
Salários	(20.000,00)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	190.000,00
(–) IR e CSLL	(42.000,00)
(=) Lucro Líquido	148.000,00

Sabe-se que, quando da aquisição dos produtos que foram vendidos em 2014, estavam incluídos no preço de compra tributos recuperáveis no valor de R$ 35.000,00. O valor dos tributos incidentes sobre as vendas do ano foi R$ 120.000,00. Com base nestas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela Produtos Conscientes S.A. no ano de 2014 foi, em reais,

(A) 360.000,00.
(B) 295.000,00.
(C) 205.000.00.
(D) 240.000,00.
(E) 210.000,00.

Mais uma questão que vimos em nosso curso. Na aula extra comentamos uma questão praticamente igual a essa (questão 24), a banca apenas duplicou os valores!

Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	
1 – RECEITAS	**700.000,00**
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	700.000,00*
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**375.000,00**

(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	375.000,00**
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**325.000,00**
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**30.000,00**
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**295.000,00**
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**0,00**
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**295.000,00**

* 580.000 (receita líquida) + 120.000 (tributos incidentes sobre a receita bruta)
** 340.000 (CMV) +35.000 (tributos recuperáveis)

Lembre-se:

Venda de mercadorias, produtos e serviços – **inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas** (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou **faturamento bruto**, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos, **devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras** (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), **recuperáveis ou não**. Esse **procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado**.

Gabarito: B

59. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) Uma empresa apresentava, no dia 01/12/2013, um excedente de caixa no valor total de R$ 3.000.000,00, e decidiu investi-los em ativos financeiros com as seguintes características:

Classificação pela empresa	Valor aplicado (R$)	Taxa de juros	Data de vencimento
Destinados para venda imediata	1.500.000,00	1,0%a.m.	01/12/2015
Mantidos até o vencimento	500.000,00	1,4%a.m.	01/12/2020
Disponível para venda futura	1.000.000,00	1,2%a.m.	01/12/2018

Na data da elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2013, a empresa identificou que os valores justos para estes ativos eram os seguintes:

Classificação pela empresa	Valor Justo (R$)
Destinados para venda imediata	1.510.000,00
Mantidos até o vencimento	509.000,00
Disponível para venda futura	1.014.000,00

O valor total, a ser evidenciado na Demonstração do Resultado de 2014, correspondente às aplicações efetuadas pela empresa nos títulos acima é, em reais,
(A) 7.000,00.
(B) 32.000,00.
(C) 33.000,00.
(D) 29.000,00.
(E) 31.000,00.

A questão apresenta problemas. Veja que ela fornece os valores justos em 31/12/2013 e solicita o valor total a ser evidenciado na DRE de 2014. Logo, como não foram fornecidos os valores justos em 31/12/2014, não há como efetuar o cálculo solicitado pela banca. Conforme resolução abaixo, parece-nos que a banca queria o valor da DRE de **2013** e não de 2014! **Cabe recurso!**

Na aula extra comentamos uma questão bem semelhante a essa (questão 25).

Para fins didáticos, vamos resolver entendendo que a banca quer o valor do resultado na DRE de **2013**.

Para resolvermos essa questão devemos saber o seguinte:

Os instrumentos financeiros são classificados em quatro grandes grupos:

(i) Empréstimos e recebíveis normais de transações comuns: são os títulos não destinados à negociação; a entidade permanece com eles até o vencimento. Exemplo: contas a receber, fornecedores. São registrados pelos **Valores Originais (custo de aquisição)** e estão sujeitos aos ajustes a valor presente e às "provisões" para perdas.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento: são os investimentos que a entidade possui intenção e condições de manter até o vencimento. São registrados pelos **valores originais (custo de aquisição)** mais os encargos ou rendimentos financeiros (custo amortizado).

(iii) **Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado**: composto pelos ativos e passivos financeiros destinados a serem negociados (de forma imediata). São avaliados ao seu **Valor Justo**, com todas as **contrapartidas** das variações nesse valor contabilizadas diretamente no **resultado**.

(iv) **Ativos financeiros disponíveis para venda (futura)**: constituído por títulos a serem negociados no futuro. O título disponível para venda é avaliado pelo **Valor Justo**, estando sujeito a duas atualizações. A primeira atualização é referente à curva do papel (custo amortizado), que reflete a atualização do título ao longo do tempo, do instante da compra até seu vencimento, pela sua taxa efetiva de rendimento, tendo como contrapartida o resultado do exercício. A segunda atualização é referente ao **ajuste ao valor justo**, sendo que a diferença, para mais ou para menos, entre o valor contabilizado após a apropriação do rendimento pela taxa efetiva de juros (valor pela curva do papel) e o valor justo será registrada na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), no Patrimônio Líquido.

A seguir segue um quadro-resumo:

Instrumentos Financeiros	Critério de Avaliação	Mensuração ao valor justo	Reconhecimento
Empréstimos e recebíveis (não derivativos)	Custo de Aquisição	Não tem ajuste	Resultado
Mantidos até o vencimento (não derivativos)	Custo de Aquisição	Não tem ajuste*	Resultado
Destinados à negociação (Derivativos em Regra)	Valor Justo	Ajuste no resultado	Resultado
Disponíveis para Venda (não derivativos)	Valor Justo	**Ajuste na conta AAP**	Resultado

* Em relação aos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, só serão passíveis de ajustes negativos, quando as perdas forem permanentes.

Assim, vejamos como ficam os registros:

Na aquisição dos títulos

D – Investimentos Mantidos até o Vencimento 500.000,00
D – Investimentos Disponíveis para Venda Futura 1.000.000,00
D – Investimentos Destinados à Venda Imediata 1.500.000,00
C – Caixa/Bancos 3.000.000,00

Apropriação dos juros referentes a 2013

D – Aplicações Disponíveis para Venda Futura
C – Juros Ativos (receita) 12.000,00*
* 1.000.000,00 x 1,2% x 1 mês (dezembro)

D – Aplicações Destinadas à Venda Imediata
C – Juros Ativos (receita) 15.000,00*
* 1.500.000,00 x 1,0% x 1 mês (dezembro)

D – Aplicações Mantidas até o Vencimento
C – Juros Ativos (receita) 7.000,00*
* 500.000,00 x 1,4% x 1 mês (dezembro)

Até aqui temos um impacto de R$ 34.000,00. Porém, os investimentos disponíveis para venda imediata e disponíveis para venda futura devem, ainda, serem atualizados pelo valor justo.

Assim, como o valor justo em 31/12/2013 dos títulos Disponíveis para Venda futura é de R$ 1.014.000,00, devemos lançar a diferença entre as duas atualizações (R$ 1.014.000,00 – R$ 1.012.000,00) como Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme registro abaixo:

D – Investimentos Disponíveis para Venda
C – Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL) 2.000,00

Pessoal, coloquei esse lançamento somente para fins didáticos, pois na hora da prova não havia necessidade, pois não há impacto no resultado, conforme vimos no lançamento acima.

Ademais, como o valor justo em 31/12/2013 dos títulos destinados para venda imediata é de R$ 1.510.000,00, devemos lançar a diferença entre as duas atualizações (R$ 1.510.000,00 - R$ 1.515.000,00) como **despesa**, conforme registro abaixo:

D – Despesa c/ Ajuste a Valor Justo
C – Investimentos Disponíveis para Venda..... 5.000,00

Assim, o valor total, a ser evidenciado na Demonstração do Resultado de **2013 (e não em 2014, conforme solicita a banca)**, correspondente às aplicações efetuadas pela empresa nos títulos acima é **R$ 29.000,00** (34.000,00 – 5.000,00).

Gabarito Preliminar: D
Gabarito Correto: não há

60. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) A empresa Marcas Diversas S.A. apresentava em 31/12/2014 o saldo de R$ 3.500.000,00 na conta Intangíveis, correspondente a uma patente adquirida no passado. A composição deste saldo era a seguinte:

– Custo de aquisição: R$ 5.000.000,00.
– Amortização acumulada até 31/12/2014: R$ 1.500.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou o teste de recuperabilidade ("impairment") para esta patente e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso da patente: R$ 3.600.000,00.
– Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 3.000.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado para este ativo (patente) no Balanço Patrimonial da empresa Marcas Diversas S.A. em 31/12/2014 foi, em reais,
(A) 3.500.000,00.
(B) 3.600.000,00.
(C) 3.000.000,00.
(D) 5.000.000,00.
(E) 0,00 (a patente não deve ser registrada por ser intangível).

Mais uma questão bem semelhante com o que vimos na aula extra.

O teste de recuperabilidade (*impairment*) consiste no confronto entre o valor contábil de um ativo com seu valor recuperável.

O **valor contábil** é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Segundo o CPC 01, o **valor recuperável** de um ativo imobilizado é definido como o **maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo.**

A entidade deve reconhecer uma **perda por desvalorização** de um ativo imobilizado no resultado do período **apenas se o valor contábil desse imobilizado for superior ao seu valor recuperável**.

Se Valor Contábil > Valor Recuperável = Teste de Recuperabilidade

Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo imobilizado ao seu valor recuperável. A perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado do período é mensurada com base no montante em que o valor contábil do imobilizado supera seu valor recuperável.

A contabilização da perda é a seguinte:

D – Perda por desvalorização - teste de recuperabilidade (resultado)
C – Perda com teste de recuperabilidade (retificadora do Ativo).

De posse dessas informações, vejamos como resolver a questão.

Valor Contábil = R$ 3.500.000,00
Valor Recuperável = R$ 3.600.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está menor que o valor recuperável, não há necessidade de efetuar a contabilização de perda por desvalorização.

Assim, o valor contábil do ativo, em 31/12/2014, será:

Custo de aquisição	5.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(1.500.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2014)	**3.500.000,00**

Gabarito: A

Pessoal, com isso fechamos nossos comentários. Tenho certeza que nossos alunos realizaram uma excelente prova, pois todas as questões foram abordadas em nosso curso. Muitas, inclusive, bem semelhantes, conforme informamos nos comentários.

POSSATI
prof.possati@gmail.com
www.facebook.com.br/gilmarpossati
Nossos cursos disponíveis:
https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorProfessor/gilmar-possati-3326/